

## NOTÍCIA

### **O EMBAIXADOR DE HOLLYWOOD E O CINEMA BRASILEIRO (1953 – 2000)**

BRUNA CAROLINA DE OLIVEIRA RODRIGUES<sup>1</sup>

Nesta notícia de pesquisa, apresento o tema de minha dissertação, em andamento no Programa de Pós Graduação em História da PUC-SP sob orientação do professor doutor Antonio Pedro Tota. Inicialmente, minha pesquisa buscava compreender a influência do cinema de Hollywood na cultura brasileira durante a década de 1950. Considerando a dificuldade de realização de tal tema no curto período do mestrado, vi que era necessário encontrar um recorte. Folheando jornais digitalizados no acervo da Biblioteca Nacional, encontrei Harry Stone, americano que foi transferido para o Rio de Janeiro em 1953 e nunca mais foi embora. Representante da Motion Picture Association of America (MPAA), Stone era um lobista em defesa dos interesses do cinema hollywoodiano, o que lhe gerou os títulos de “embaixador de Hollywood”, “diabo do cinema brasileiro” e até agente da CIA. Desse modo, meu objetivo passou a ser a

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisa financiada pela CNPq. Graduada em Cinema pela FAAP e em História pela PUC-SP. E-mail: brunadeoliveira@gmail.com  
ORCID: 0000-0002-0032-1299

compreensão e investigação da história de Harry Stone, focando no período no qual o mesmo viveu no Brasil, entre 1953 e 2000. Como fontes, utilizo, em maior parte, os jornais de diferentes posicionamentos, cujos acervos estão disponibilizados online, como Última Hora, O Globo, Estadão, e Diário Carioca, e também revistas, como Cinelândia, Manchete e O Cruzeiro.

## **Introdução**

O cinema brasileiro, desde sua gênese até os dias atuais, teve sua história constituída por ciclos. Os altos e baixos do nosso cinema ocorreram devido a inúmeros fatores, políticos, econômicos e, além disso, é necessário acrescentar a influência e o poder do cinema de Hollywood à lista. No início do século XX, pouco anos após a primeira sessão de cinema, organizada pelos irmãos Lumière, em 28 de dezembro de 1895, o Brasil já tinha dado início à sua produção cinematográfica. O estudioso Vicente de Paula Araújo, inclusive, chamou o período entre 1908 e 1912 de “bela época do cinema brasileiro” (GOMES, 1986, p. 91), quando os exibidores começaram a produzir seus próprios filmes. Em 1910, foram registradas 209 produções brasileiras, número que despencou para 19 em 1916. Alguns fatores foram responsáveis por tamanha queda. Um deles foi a entrada de filiais de distribuidoras de Hollywood no Brasil, com o objetivo de não dividir o lucro com os distribuidores locais: a *Fox Film* chegou em 1915, a *Paramount* em 1916, *Universal* em 1921, *Metro-Goldwyn-Mayer* em 1926, *Warner Bros* em 1927 e *Columbia* em 1929. Dessa forma, a relação entre os

exibidores brasileiros e os distribuidores estrangeiros se estreitou. Algumas salas, inclusive, mantinham contratos exclusivos, exibindo filmes de apenas um estúdio.

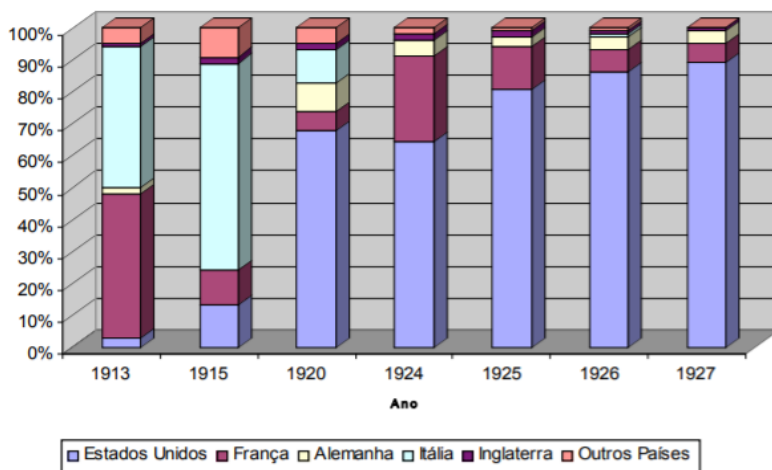


GRÁFICO 1: Porcentagem de ocupação do mercado brasileiro pelo filme estrangeiro até 1927.

Fonte: SELONK, 2004, p. 30.

As grandes guerras também foram fatores marcantes na relação Brasil x Hollywood. A Primeira Guerra Mundial consolidou ainda mais a dominação de Hollywood nas salas de cinema, já que os estúdios europeus ficaram paralisados em meio aos bombardeios. Dessa forma, nos anos 1920, os filmes estadunidenses já ocupavam 80% do mercado brasileiro. A Segunda Guerra Mundial, por outro lado, foi um ponto de virada nas relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos, segundo Antonio Pedro Tota, na obra *O imperialismo sedutor* (2000, p. 28). A necessidade de fazer com que o Brasil (e o resto da América Latina) ficasse ao lado dos

Aliados durante a Segunda Guerra fez com que o presidente estadunidense Franklin Delano Roosevelt instituísse a Política da Boa Vizinhança. O objetivo era controlar o antiamericanismo sem que houvesse uma intervenção armada, logo foi escolhida a via cultural para o “ataque”.

Apesar de ser posta em prática apenas na década de 1940, o projeto da Política da Boa Vizinhança havia sido delineado no início da década de 1930. A prática intervencionista caracterizava a relação entre Estados Unidos e América Latina desde o fim do século XIX, e dava sinais de que não funcionava mais, uma vez que o antiamericanismo estava crescendo na América Latina, fruto de uma onda de nacionalismo e de movimentos de esquerda que chegaram aos continente nas primeiras décadas do século XX. Para atingir seus objetivos, Roosevelt optou por um discurso conciliatório com os vizinhos do Sul. Era necessário conter o crescimento da influência da Alemanha nazista na região e impulsionar o comércio com a América Latina, de maneira a recuperar os efeitos destruidores da Crise de 1929. Com o prenúncio da Segunda Guerra no horizonte, os Estados Unidos perceberam que era hora de agir. O medo de um ataque do Eixo ao nordeste brasileiro, região estratégica para os americanos, fez com que eles a incluíssem na zona de defesa dos próprios EUA. (HILTON, 1983, pp. 31-32).

Para fortalecer os laços, foi através da PBV que artistas como Walt Disney e Orson Welles vieram ao Brasil, que foi a maneira de Roosevelt afirmar que os Estados Unidos eram “amigos” de seus vizinhos do Sul. Simultaneamente, Hollywood produzia filmes com personagens e temáticas “latinas”, seguindo orientações da “Fábrica de Ideologias” de Nelson Rockefeller, o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA). Um

das ações mais significativas – apesar de pouco divulgada e conhecida - da OCIAA foi a Missão John Ford no Brasil, que estabelecia a produção de curtas-metragens educativos e sobre o esforço de guerra do país. O jornal A União detalhava o que a Missão havia feito:

Interessa-se a Missão sob o ponto de vista documentário e de propaganda das riquezas e progressos do país nos seus Estados.

Os referidos filmes estão sendo feitos para Coordenação de Negócios Inter-americanos, sendo encarregado da filmagem o comandante Gregg Toland, cinematografista de Hollywood.

Encontra-se há um ano a Missão John Ford no Brasil; já percorreu todo o país, tendo pronto já para exibição um filme sobre a cidade de São Paulo, em que a indústria e o progresso urbano são focalizados. Tem ainda filmes sobre as cidades de Belo Horizonte, Ouro Preto e Congonhas.

Os filmes da Missão são de caráter documentário e cultural, mostrando o Brasil nos seus aspectos de mais interesse para o público dos Estados Unidos (...)

Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, os Estados Unidos viram que seria necessário “atacar” pela via cultural novamente. Para enfrentar a ideologia socialista da União Soviética, ao invés de dar início a mais um conflito armado, os ataques foram impressos em película. A difusão do *american way of life* nas produções hollywoodianas mostrava as maravilhas do mundo capitalista, sua infinidade de eletrodomésticos e possibilidades de escolha. A felicidade estava na América e no poder de compra, e filmes como *A felicidade não se compra* (Frank Capra, 1946) emocionavam audiências e espalhavam a ideologia americana pelo mundo bipolar.

No Brasil, a produção local tentava manobrar para resistir nesse ambiente dominado pelo estrangeiro. Na década de 1930, ocorreu a primeira intervenção estatal relativa à atividade cinematográfica brasileira.

O decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, assinado pelo jurista Francisco Campos e por Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, contudo, favorecia apenas a produção de filmes educativos, com o intuito de utilizar o cinema como instrumento de difusão do nacionalismo. O resultado ficou claro na revista Cinearte, que publicava um balanço dos filmes que estavam em cartaz, quais continuavam (e por quanto tempo) em exibição e a quantia de filmes por nacionalidade. O volume 423 de 1935 nos mostra que “Foram exibidos: - 2 films allemães, 1 italiano, 1 inglez, 1 portuguez e 26 americanos. A. D. F. B. apresentou 28 complementos brasileiros”. Os “complementos” eram os curtas-metragens educativos, de exibição obrigatória. Dessa forma, vemos que não houve qualquer intenção de conter a onda americana.

A intervenção estatal só será mais intensa entre 1967 a 1989, segundo a pesquisadora Aletéia Selonk, em sua dissertação “Distribuição Cinematográfica no Brasil e suas repercussões políticas e sociais – Um estudo comparado da distribuição da cinematografia nacional e estrangeira”, defendida em 2004 na PUC-RS. A autora afirma que, nesse período, com a criação do Instituto Nacional de Cinema, da Embrafilme e do Concine, o Estado começa a participar efetivamente na distribuição dos filmes brasileiros. A posterior liquidação desses órgãos públicos, contudo, volta a prejudicar o desenvolvimento do cinema nacional.

Quando pensamos em Hollywood, uma peça chave é a *Motion Picture Association of America* (MPAA), conglomerado de empresas de cinema criada em 1922. Primeiramente, a associação tinha como objetivo fortalecer a recém-nascida Hollywood e conseguir captar dinheiro para suas produções, além de se proteger de intervenções do Estado, como a censura

dos filmes. Seu primeiro presidente, o advogado e político presbiteriano Will Hays, teve como marca de sua administração o Código de Produção, também chamado de Código Hays. O documento estabelecia limites referentes às imagens que poderiam ser exibidas nos filmes, tendo como objetivo manter um alto padrão moral. Em 1949, no mundo dividido da Guerra Fria, Eric Johnston assume a presidência da MPAA e muda o foco da instituição, tendo como objetivo, agora, olhar e cuidar do mercado externo cinematográfico.

O sujeito desta pesquisa, o sr. Harry Stone, não foi um fruto direto da Política da Boa Vizinhança, mas não deixa de participar desse contexto de influência americana. Nos anos 1950, a MPAA representava os estúdios da 20th Century Fox, United Artists, Columbia Pictures, Paramount Pictures, Allied Artists, Warner Bros., Universal International, Metro Goldwyn Mayer, RKO Radio e Republic Pictures. Harry Stone era da Divisão Internacional da MPAA, e defendia seus interesses em todos os países que era enviado. Nas palavras do próprio Harry, em entrevista à Revista da Semana de 9 de abril de 1955, “Escritórios localizados nas quatro partes do mundo, têm por função, além dos casos citados, e na pessoa de cada representante, não permitir que o bom nome do nosso cinema fique esquecido, e, em certos casos, desprestigiado”.

## **O Embaixador de Hollywood**

Harry Joe Stone nasceu no dia 6 de agosto de 1924 na cidade de Fort Branch, uma cidade minúscula, parte do Condado de Gibson, estado de Indiana. Convocado para a Segunda Guerra Mundial em 1941, Harry

teve seu primeiro contato com o Brasil quando lutou com nossos pracinhas nas montanhas da Itália. Nessa época, o jovem já possuía grandes habilidades diplomáticas: “Me tornei amigo do tenente-comandante, ele me nomeou ajudante de ordens e eu nunca fui para a linha de frente”, afirmou em reportagem da revista Domingo, de 25 de março de 1991. Mesmo com uma participação tímida nos campos de batalha, Harry esteve em um episódio no qual carregou e levou um soldado até um posto de socorro, salvando-o, o que lhe rendeu uma Estrela de Bronze, condecoração outorgada por serviços ou atos heroicos. Após 10 meses na Itália, Harry retornou aos Estados Unidos e decidiu se dedicar à carreira diplomática. Estudou na Universidade de Georgetown, em Washington, e mesmo naquela época já convivia com gente de peso, como a filha do presidente estadunidense Henry Truman, Margaret Truman. Sua namorada na época era a filha de Eric Johnston, então presidente da Motion Picture Association of America. Segundo entrevista concedida ao jornal carioca Última Hora em 14 de dezembro de 1956, Eric gostou de Stone e resolver fazê-lo seu assistente.

Após negar o primeiro convite, Stone aceitou entrar na MPAA em 1949. Ele assumiu um posto na divisão internacional, e logo foi enviado em missão à Índia junto do diretor Frank Capra. Eles deveriam investigar a participação dos “vermelhos” no Festival Internacional de Cinema da Índia, de modo a impedir que os russos e os chineses se destacassem ou fizessem alguma manifestação em favor do comunismo. De volta aos Estados Unidos, Stone teria sinalizado a Eric Johnston a importância do mercado brasileiro e a necessidade de dar-lhe mais atenção. Johnston, que visitava o Brasil e outros países da América Latina com frequência para resolver



questões ligadas ao cinema, viu que ter um representante fixo no Brasil, um dos principais mercados do mundo, facilitaria o trato e resolução de qualquer problema que eles poderiam ter.

A primeira aparição de Stone na imprensa brasileira ocorreu em 12 de fevereiro de 1953, no *Jornal do Commercio*. Stone foi descrito como “representante de Eric Johnston”, e acompanhava um grupo de atores que havia sido convidado pelo prefeito do Rio para o carnaval. Um mês depois foi anunciado no jornal estadunidense *Variety*: “MPAA’s Stone to Rio”. Chegando ao Brasil, Stone contou com a ajuda do playboy Jorginho Guinle e da filha do presidente, Alzira Vargas, para se enturmar entre seus novos conterrâneos. Stone já havia conhecido Guinle em Hollywood, que atuava como embaixador informal do Brasil e aproveitava para frequentar as festas mais baladas e se envolver com as grandes atrizes da época. Os contatos funcionaram e Harry logo começou a ser chamado para todo tipo de evento do ramo cinematográfico ou da elite carioca.

A imagem de Harry (abaixo) nos remete a um clássico *yankee*. Segundo pessoas que o conheceram, ele era simpático, carismático e um lobista de primeira, além de muito alto e muito ruivo, fatores que cooperavam para que sua presença se destacasse no ambiente:

Prático, simpático, comedido, amável, sem grande profundezas espirituais, além da sua religião - êle é metodista -; não é literato, não tem predileção por poetas, nem escritores. Vive, trabalho, é correto em tudo, gosta das moças (morenas) e bonitas, é “blaguer” (bem à americana), volutu em Ike duas vêzes, adora o Rio, acha o “sense of humour” do brasileiro estupendo e não conhece coisa melhor que o carnaval carioca. (**Última Hora**, 14 de dezembro de 1956, p. 2)



Imagem 1: Retrato de Harry Stone.  
Fonte: **Diário da Noite**, 28 de janeiro de 1955.

Entre suas atividades no Brasil, as mais evidenciadas na mídia eram as sessões privadas de cinema, uma espécie de pré-estreia, que viriam a ser conhecidas por “Cineminhas”. Aproximadamente três vezes por mês, na Embaixada dos Estados Unidos, o embaixador de Hollywood selecionava filmes das empresas da Motion Pictures Association para uma exibição privada a um sortudo grupo escolhido por Harry, que incluía críticos de cinema, colunistas sociais, embaixadores e personagens da alta sociedade. O evento era tão cobiçado que inúmeros penetras apareciam, e o número

se tornou tão insustentável que Harry pediu que os jornalistas parassem de divulgar os locais e horários das sessões.

Os convites feitos a celebridades de Hollywood para visitarem o Rio de Janeiro também ganhavam grande destaque e eram vistos com muita empolgação, tanto pela imprensa especializada como pela população carioca, que nutria a esperança de ver seu astro preferido em pessoa. James Stewart, Ava Gardner, Kirk Douglas, Elaine Stewart e outros nomes de peso da época vieram ao Brasil, alguns para aproveitarem o carnaval, outros apenas para divulgar algum filme. Stone organizava reuniões em seu apartamento no bairro do Flamengo para que os jornalistas pudessem entrevistar as estrelas de Hollywood em um clima mais informal e uma proximidade invejável, o que fez com que ele conquistasse a simpatia de inúmeros jornalistas.

Além de promover o cinema de Hollywood no Brasil, trazendo as estrelas dos filmes e organizando sessões de pré-estreias, Harry era, antes de tudo, um representante da Motion Picture, ou seja, seu trabalho era buscar o melhor para a instituição. Dessa forma, a imagem do “dinâmico”, “eficiente” e “simpático” sr. Stone também sofreu ataques decorrentes de suas ações. Em 1955, por exemplo, Stone defendeu ativamente na COFAP o pedido dos exibidores cariocas para aumentar o preço do ingresso de cinema. A COFAP era um órgão que controlava os preços, e coube a ele decidir sobre o assunto. Na época, o cinema era a principal fonte de entretenimento da população, já que televisão ainda não era um produto acessível, e a ideia do aumento irritou muita gente.

Durante sua estadia no Rio de Janeiro, o sr. Stone foi chamado de inimigo nº 1 do cinema brasileiro, acusado de barrar o crescimento de nossa indústria, de espalhar os “abacaxis” de Hollywood pelo país, entre outros. O embaixador até foi chamado para depor na CPI do Cinema Brasileiro, que ocorreu no início da década de 1960 para apurar irregularidades na produção nacional. Segundo o jornalista Ignácio de Loyola, a CPI foi criada em bom tempo, já que “CPI geralmente é para apurar irregularidades e congêneres [sic]” e, para ele, “nada mais irregular que toda a situação atual do cinema nacional, onde ficam todos a bater cabeça, a maioria sem saber exatamente as bases da crise profunda que, há anos assola e desgasta a industria [sic] e os homens”.

Talvez um dos críticos mais públicos de Harry tenha sido o cineasta brasileiro Glauber Rocha, ícone do Cinema Novo. Em 1961, Rocha escreveu um texto afiado no Jornal de Salvador chamado “Bom dia, Harry Stone”, no qual criticava o embaixador do começo ao fim. Cito o início:

Você chega com habitual sorriso de colonizador: olhos vivos e português carregado de «charme». Será recebido com honra & uísque, uísque que você bebe com engenho e arte, óleo com o qual você tem banhado jornalistas que preferem a débil pérola de sua côrte. Traz uma beleza de Hollywood a tiracolo: Tony Curtiss e seu mito de «maquillage», um monstro sagrado e seu comportamento discreto da vedete que não deve (nem pode) falar em Cuba, megatons e outros bichos. Você vem com tudo, a terra é sua, o sol tropical ilumina sua pele dourada de americano, o vento recebe o sorriso do embaixador e centenas de figuras «high» estarão dobradas aos seus pés para ver, mesmo que no instante de um segundo, o belo, o eterno, o imortal, o invencível! – a mercadoria que você traz de Hollywood para mostrar aos nativos que é MESMO de carne e osso. Um sucesso! (ROCHA, 1961)

O americano não se deixava abalar pelos ataques e críticas ao seu nome e seguia fazendo seu trabalho: “Se o Secretário de Cultura tem uma opinião diferente da minha, vou lá e tento convencê-lo de que está errado”, afirmou em matéria da revista Domingo de 24 de março de 1991.

O jornal *O semanário* era uma das publicações que trazia grandes manchetes denunciando as ações do embaixador de Hollywood. Harry, que era muito próximo de políticos em geral, teria agido diversas vezes para barrar decretos que poderiam contribuir com o desenvolvimento da produção cinematográfica brasileira, como exemplificaram nesta edição de 23 a 29 de janeiro de 1958:

Lembrou-se que quando da votação da Lei de Tarifas, Mr. Eric Johnson, presidente da Associação dos Produtores Cinematográficos norte americanos, veio ao Brasil ao mesmo tempo em que o sr. Amaral Peixoto, e juntos pressionaram o Congresso no sentido de não serem aprovados os dispositivos que iriam beneficiar o cinema nacional. Por outro lado, Mr. Harry Stone, representante da Motion Pictures no Brasil, chegou ao ponto de presentear um vereador paulistano com um belo automóvel U.S.A. a fim de obter a revogação da Lei municipal 4.854 de 1955, que estabeleceu o adicional de um cruzeiro nos ingressos de cinema, em benefício da indústria cinematográfica nacional.

Alguns de seus “inimigos”, com o passar do tempo, acabaram mudando de opinião sobre o americano. O cineasta Luiz Carlos Barreto contou à revista Domingo, de 24 de março de 1991: “Sempre que os cineastas brasileiros se reúnem, alguém sugere: ‘Por que não matamos o Stone?’”, mas o que ele e outros cineastas queriam mesmo era um Harry Stone para chamar de seu: “Quem dera tivéssemos um Harry Stone!”, afirma Arnaldo Jabor. Gustavo Dahl, ex-presidente da Embrafilme compartilhou, na mesma matéria: “Harry gosta de mostrar que ninguém escapa a ele. É uma doce e terrível verdade”.

Harry sempre esteve ao lado do poder, independente de quem fosse, tanto no Brasil como nos Estados Unidos. Republicano, assim como o seu estado de nascimento, a Indiana, Harry viajava à sua terra natal nos anos de eleição para fazer campanha aos “candidatos vermelhos”,<sup>1</sup> porém, independente do vencedor, Stone continuava a manter a proximidade como um bom diplomata. Nos Estados Unidos, era amigo próximo de Ronald Reagan e George Bush. No Brasil, Stone conheceu todos os presidentes desde Juscelino Kubitschek, e inclusive desceu a rampa do Palácio do Planalto com Fernando Collor no dia de sua posse.

Em 1958, Harry recebeu o título de cidadão carioca honorário. No fim do mesmo ano ele se casou com Lúcia Burlamaqui. Eles se conheceram quando ele chegou ao Brasil, quando ela trabalhava como secretária particular na Embaixada Americana. A cerimônia ocorreu em uma quarta-feira à tarde para apenas 50 pessoas, na Embaixada dos Estados Unidos. Os padrinhos eram o presidente da república, Juscelino Kubitschek, e o embaixador americano no Brasil, Ellis O. Briggs. Entre os convidados, o então prefeito do Rio de Janeiro, Sá Freire Alvim, Severiano Ribeiro Jr., Dona Fátima de Orleans e Bragança, Roberto Marinho, entre outros. Durante a cerimônia o noivo se converteu do protestantismo ao catolicismo, religião da noiva, dando mais um passo em seu “abrasileiramento”.

A MPAA mantinha outros representantes em outros países do mundo, sendo que em 1963 eram 9 representantes em países diferentes: A. Roland Thornton (Londres), S. Frederick Gronich (Paris), Stephen Beers (Frankfurt), Irving Maas (Toquio), Leo Hochstetter (Roma), William Palmer (Jacarta), Charles E. Egan (Bombai) e Robert J. Corkery (México).

Quem acha que Harry só atuava no Brasil, entretanto, se engana. Com frequência o embaixador enviava produções hollywoodianas inéditas para os presidentes do Brasil: “Collor viu *Ghost* em outubro, antes de qualquer outro brasileiro”, contou Stone à revista Domingo. Esse tratamento ocorria também com a rainha da Inglaterra, o presidente Carlos Andrés Perez, da Venezuela, Carlos Menem, da Argentina, e George Bush, dos Estados Unidos.

Harry permaneceu no Brasil até a morte. Em 1995 ele se aposentou, quando já havia se tornado vice-presidente da Motion Pictures Association na América Latina. Faleceu em setembro de 2000, com 74 anos, e sua morte ocorreu em decorrência do Mal de Alzheimer. Lucia faleceu no ano seguinte. Não deixaram filhos. Ao longo dos 47 anos que Harry passou no Brasil, muita coisa relacionada ao cinema mudou. Uma das coisas que se manteve, contudo, foi o sucesso de Hollywood nas bilheteria brasileiras. Se seus filmes fossem banidos do Brasil, inclusive, provavelmente veríamos grandes reclamações e crescimento ainda maior da pirataria, já que são os filmes mais vistos do país. Até hoje Hollywood domina as bilheteria e salas de exibição brasileiras. O anuário publicado pela ANCINE em 2017 revelou que houve um recorde de lançamentos de filmes nacionais naquele ano. Contudo, entre os 20 títulos de maior bilheteria, 19 eram dos Estados Unidos e 1 era brasileiro, ocupando o nono lugar - *Minha mãe é uma peça 2* (César Rodrigues, 2016), com público de 5.213.465 pessoas. Logo, se faz necessária uma análise do trajeto que nos trouxe aqui, batalhando por um lugar em nosso próprio espaço.

Esta pesquisa busca investigar as ações de Harry no Brasil e seus desdobramentos. O objetivo não é concluir se Harry era de fato o vilão do

cinema brasileiro, pelo contrário, não cabe a mim colocar esse tipo de rótulo. Acredito que isso fique claro por conta das fontes que utilizo. Ao invés de selecionar jornais que defendem o mesmo viés, utilizo notícias de jornais que possuíam interesses diferentes, entre eles o jornal O Semanário, o mais nacionalista de sua época (1956 – 1964), o jornal O Globo, de posição conversadora, e o jornal Última Hora, que defendia o governo Vargas. Por conta disso, estou estudando também a história e visão dos principais jornais que estão sendo utilizados como fonte na dissertação, para me auxiliar na análise das matérias.

Da mesma forma, esta pesquisa não é apenas uma série de fatos vividos por Stone no Brasil. Seria fácil preencher uma dissertação apenas com os eventos que ele organizou ou foi convidado, assim como suas viagens, que eram, com frequência, anunciadas nos jornais. Pretendo, por outro lado, analisar a vida de Stone paralelamente a o que estava acontecendo no cinema brasileiro e no país, como um todo. Stone, como qualquer outro, não está descolado da história. Ele atravessou a história do cinema brasileiro, a modificou e foi modificado por ela. Reduzi-lo a um vilão ou herói seria pobre e simplista.

Me intriga o fato de Harry Stone ter sido uma figura tão popular e comentada e não existir nenhum tipo de material mais aprofundado sobre ele. Em minhas pesquisas em notícias de jornal, descobri que, após se aposentar, em 1995, Stone passou a se dedicar às suas memórias, que seriam escritas pelo jornalista J. A. Gueiros. Tal material, contudo, por algum motivo não chegou a ser publicado, e estou tentando entrar em contato com a família do falecido sr. Gueiros, para descobrir as razões e se há algum



material guardado. Através de minha pesquisa, portanto, procuro preencher parte desta lacuna da história do cinema brasileiro.

## Fontes

**Cinearte**, n. 423, Rio de Janeiro, 1935.

**Diário da Noite**, 28 de janeiro de 1955.

**O Semanário**, 23 a 29 de janeiro de 1958.

**Revista da Semana**, 9 de abril de 1955.

ROCHA, Glauber. Bom dia, Harry Stone. **Jornal da Semana**, Salvador, 1961.

**A União**, 15 de agosto de 1944, p. 3.

**Última Hora**, 14 de dezembro de 1956.

## Bibliografia

**Anuário Estatístico do Cinema Brasileiro 2017 - oca / ancine.** Disponível em: <https://oca.ancine.gov.br/anu%C3%A1rio-estat%C3%ADstico-do-cinema-brasileiro-2017>

BERNADET, J. C. **Cinema brasileiro.** Propostas para uma história. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

CAMARGO, Maria Silva; VENTURA, Mauro. O poderoso chefão. **Domingo**, n. 777, 25 de março de 1991.

GOMES, Paulo Emílio Salles. **Cinema:** trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1986.

HILTON, Stanley. **A guerra secreta de Hitler no Brasil**: A espionagem alemã e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939 – 1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MELO, L. A. R. O cinema independente no Rio de Janeiro (1940 – 1950). *In*: SCHVARZMAN, S.; RAMOS, F. P. (org.) **Nova história do cinema brasileiro** – vol. 1 (ed. ampliada). São Paulo: Edições Sesc, 2018.

PEREIRA, Geraldo. S. **Plano geral do cinema brasileiro**. Editor Borsoi, 1973

SELONK, A. P. de A. **Distribuição cinematográfica no Brasil e suas repercussões políticas e sociais** - Um estudo comparado da distribuição da cinematografia nacional e estrangeira. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, janeiro de 2004.

SIMIS, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.

SKLAR, Robert. **Movie-Made America**. A cultural history of american movies. New York: Vintage Books Edition, 1994.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

## Notas

---

<sup>1</sup> Nos Estados Unidos o Partido Republicano é representado pela cor vermelha e o Partido Democrata pela cor azul.|